

MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF

Estudo Técnico Preliminar 41/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 48340.002896/2025-01

2. Descrição da necessidade

2.1 Refere-se à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos, com fornecimento de materiais (peças e insumos), destinados à manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado dos tipos split e splitão, bem como à execução de serviços eventuais de remanejamento e instalação de novos equipamentos, análise gravimétrica de material particulado, higienização de dutos de ar insuflado, análise da qualidade do ar interior e manutenções nos drenos de captação de água condensada das fachadas leste e oeste do Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, sede do Ministério de Minas e Energia.

2.2. A contratação será realizada em regime de execução contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, de modo a garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, a manutenção da qualidade do ar interior e a conformidade com as legislações e normas vigentes, especialmente:

- a) Lei Federal nº 13.589/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC);
- b) ABNT NBR 17037:2023, que estabelece parâmetros de qualidade do ar interior (QAI) em ambientes climatizados artificialmente;
- c) Lei Federal nº 14.133/2021, que regula as contratações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública;
- d) Portaria GM/MS nº 3.523/1998, sobre procedimentos mínimos para qualidade do ar em ambientes climatizados.

2.2.1. A manutenção adequada dos sistemas de climatização é fundamental para:

- 2.2.1.1 Prevenir riscos à saúde dos ocupantes;
- 2.2.1.2. Reduzir o consumo de energia elétrica;
- 2.2.1.3 Prolongar a vida útil dos equipamentos;
- 2.2.1.4. Assegurar o conforto térmico, a salubridade e a eficiência operacional das instalações.

Justificativa da necessidade sob a ótica do interesse público

2.3 A contratação é essencial para o interesse público, tendo em vista a necessidade de garantir a continuidade e qualidade dos serviços de climatização, uma vez que atualmente existem aproximadamente 560 (quinhentos e sessenta) aparelhos de ar-condicionado dos tipos split e splitão instalados nas áreas ocupadas pelos Ministérios de Minas e Energia e do Turismo. Estes equipamentos atendem à climatização de salas administrativas, ambientes técnicos e operacionais, incluindo Arquivo Central, Central de Monitoramento, Sala Plenária, Sala de Telepresença, Salas de Reunião, Auditórios, Centro de Treinamento, Portarias, entre outros espaços de uso contínuo.

2.4. Para manter a saúde e o bem-estar das pessoas em ambientes internos climatizados, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) estabelece normas e regulamentos com foco na qualidade do ar interior (QAI). A principal e mais recente legislação é a norma ABNT NBR 17037/2023, que estabelece os padrões de referências de qualidade do ar interior em ambientes não residenciais climatizados artificialmente e os valores máximos para contaminações biológicas, químicas e parâmetros físicos do ar interior relacionados às fontes contaminantes de naturezas biológica, física e química. Ou seja, os estabelecimentos que possuem ar climatizados de uso público e coletivo e aqueles a serem instalados deverão seguir a respectiva resolução.

2.5. A legislação aborda uma variedade de aspectos, incluindo parâmetros de qualidade do ar, métodos de análise, frequência de monitoramento e padrões de conformidade. Entre os seus principais objetivos estão: promover um ambiente saudável para as pessoas, diminuindo a exposição dos ocupantes de edifícios a fatores prejudiciais à saúde, estabelecer padrões e procedimentos que garantam uma qualidade do ar adequada, minimizar riscos de doenças respiratórias, alérgicas e infecciosas relacionadas à qualidade do ar.

2.6. Para isso, a Lei Federal 13.589/2018 dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização, estabelecendo que todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes climatizados artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) dos respectivos sistemas. O PMOC é um conjunto de documentos onde constam todos os dados da edificação, do sistema de climatização, do responsável técnico, bem como os procedimentos e rotinas de manutenção comprovando sua execução. Ou seja, o PMOC define um plano de manutenção, operação, controle e ajuda a planejar de maneira efetiva as atividades que serão realizadas nos aparelhos de climatização para prevenir ou minimizar riscos à saúde dos ocupantes.

2.7 A respectiva Lei visa garantir a qualidade do ar e a segurança em ambientes climatizados, estabelecendo a necessidade de manutenção e controle dos sistemas de ar condicionado, aplicando-se a todos os edifícios de uso público e coletivo, independentemente da capacidade térmica do sistema de ar condicionado.

2.8. Assim sendo e diante de todo o exposto, para garantir um ambiente climatizado saudável, para atendimento a legislação sobre o assunto e ao interesse público é essencial a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de forma contínua, com fornecimento de peças de reposição e insumos, para manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado dos tipos split e splitão, para eventuais serviços de remanejamentos e instalação de novos aparelhos, para análise semestral da qualidade do ar, conforme preconiza a NBR 17037/2023, para análise gravimétrica de material particulado e higienização de dutos de ar insuflado e ainda, eventuais manutenções periódicas nos drenos de captação de água condensada das condensadoras.

2.9. Portanto, manter uma nos equipamentos de climatização, como recomendado, é rotina de inspeções benéfico para a saúde dos ativos, preserva a saúde dos ocupantes, melhora a qualidade de vida, reduz custos com manutenções e contribui para a sustentabilidade, ou seja, ativos saudáveis gastam menos e são mais sustentáveis. Depreende-se, portanto, que uma manutenção eficiente e energia elétrica periódica dos equipamentos de refrigeração é essencial para garantir o cumprimento da NBR 17037/2023 relacionadas à qualidade do ar.

2.10. Dessa forma, a contratação proposta é indispensável para garantir a operação segura e eficiente dos sistemas de climatização, assegurar o cumprimento das normas legais e técnicas, e proporcionar condições adequadas de trabalho, refletindo diretamente no interesse público e na continuidade das atividades finalísticas dos Ministérios.

2.11. Previsão legal da terceirização

2.12. Atualmente, o Ministério de Minas e Energia (MME) não dispõe de pessoal próprio especializado para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização, em razão da extinção de cargos específicos pela Lei nº 9.632/1998, tampouco possui equipamentos, ferramentas e materiais necessários para essa execução.

2.12.1. A contratação visa assegurar o bem-estar, a saúde e a segurança dos servidores, autoridades e visitantes, garantindo a climatização adequada dos ambientes de trabalho e promovendo condições operacionais ideais para o desenvolvimento eficiente das atividades institucionais.

2.12.2 A terceirização de atividades acessórias e de apoio técnico-operacional constitui mecanismo de gestão que possibilita o direcionamento da estrutura administrativa para suas atividades finalísticas, conforme dispõe o art. 10, §7º, do Decreto-Lei nº 200 /1967:

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.(...)

§7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a administração procurará desobrigar-se da realização material das tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução.

2.13. Encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, em especial o art. 48, que autoriza a execução por terceiros de atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares, observando-se as vedações dispostas em seus incisos e parágrafo único.

"Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação."

2.14. Destaca-se que o § 1º do art. 3º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, passou a prever de forma expressa a possibilidade de execução indireta de serviços acessórios, conforme transcrição a seguir:

Art. 3º ...

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.(grifo nosso)

2.15. Cumprindo o disposto no **art. 2º do Decreto nº 9.507/2018**, a **Portaria SEGES/MP nº 443/2018** estabeleceu a lista de serviços que podem ser objeto de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, prevendo a possibilidade de **terceirização de serviços de apoio técnico e operacional**.

2.15.1. Assim, os serviços de manutenção de sistemas de climatização e refrigeração se enquadram na categoria de atividades auxiliares e instrumentais, podendo ser executados de forma indireta.

2.16. Os serviços demandados destinam-se à realização de atividades técnicas e operacionais de apoio, compatíveis com a competência institucional deste Ministério, conforme o Decreto nº 9.507/2018 e a Lei nº 14.133/2021. A execução indireta desses serviços é indispensável para a continuidade das atividades administrativas e para o cumprimento das metas institucionais do MME.

2.17. Os serviços são classificados como **"comuns"**, nos termos do **art. 29 da Lei nº 14.133/2021**, por apresentarem padrões usuais de desempenho e qualidade, objetivamente definidos no mercado e nos normativos técnicos aplicáveis (como a **ABNT NBR 17037/2023**).

2.17.1 Considerando que o objeto da contratação contempla a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização, incluindo a elaboração, implementação e gestão do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), conforme exigência da Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018, e que tal plano deve ser elaborado sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), com qualificação em Engenharia Mecânica, conclui-se que o presente objeto deve ser enquadrado como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.17.2 Ressalta-se que o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão nº 2622/2013 – Plenário, firmou entendimento de que serviços de manutenção de sistemas de climatização que envolvam a elaboração do PMOC e a responsabilidade técnica de engenheiro configuram serviços comuns de engenharia, podendo, portanto, ser licitados por pregão eletrônico, desde que atendidos os requisitos de qualificação técnica exigidos em lei.

2.17.3 Assim, a exigência de responsável técnico engenheiro mecânico visa assegurar a regularidade, a segurança operacional e o cumprimento das normas técnicas da ANVISA e da ABNT, além de garantir a validade legal do PMOC e a integridade dos equipamentos e das instalações sob manutenção.

2.18. A contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra é essencial diante da complexidade técnica e da necessidade de atendimento contínuo. A ausência desse serviço pode comprometer a qualidade do ar, o funcionamento de equipamentos essenciais e o conforto ambiental, impactando diretamente a produtividade institucional.

2.19. Os serviços propostos são indispensáveis ao desempenho das atividades administrativas e técnicas do MME, assegurando o regular funcionamento da infraestrutura predial e das instalações climatizadas.

2.20. A contratação é imprescindível para o adequado andamento das atividades finalísticas do MME, não sendo razoável que servidores efetivos se dediquem a atividades que não são inerentes às suas atribuições legais. Assim, a execução indireta garante maior eficiência, continuidade dos serviços e atendimento ao interesse público.

2.21. A contratação em comento está em consonância com Planejamento Estratégico do MME de acordo com seus Objetivos e suas Dimensões Estratégicas, relacionada aos processos internos que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança, como pode ser visto em seu Mapa Estratégico 2024/2027 a seguir:

MAPA ESTRATÉGICO – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



2.21.1 A contratação **igualmente** está em consonância com o **Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do MME – 2024-2028** que estabelece, entre suas diretrizes, a racionalização do consumo de recursos, a adoção de práticas sustentáveis ao longo do ciclo de vida dos bens e serviços e o acompanhamento de indicadores de desempenho.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Natureza e Classificação do Objeto

3.1 Trata-se de **serviços de natureza continuada**, nos termos do inciso XIII do **art. 6º** e do **art. 13 da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de serviços indispensáveis à manutenção das atividades administrativas e operacionais do Ministério de Minas e Energia (MME), cuja interrupção comprometeria o funcionamento regular das instalações e o bem-estar de servidores, colaboradores e visitantes.

3.1.1 Nesse sentido, a Instrução Normativa do MPDG/SEGES nº 05/2017 (atualizada pela IN 40/20), que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não, explica:

*"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, **visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro**, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."*

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018 constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. Ressalta-se que prestação do serviço pretendida não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4. A contratação caracteriza-se como **despesa de custeio**, conforme disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, possuindo autorização orçamentária específica devidamente registrada nos autos do processo administrativo.

Dos requisitos da contratação

3.5. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização, com dedicação exclusiva de mão de obra, são classificados como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XL, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser prestados de forma contínua para assegurar a funcionalidade dos ambientes do órgão por mais de um exercício financeiro.

3.6. O enquadramento como serviço continuado justifica-se pela essencialidade da atividade e pela necessidade de contratação plurianual, que promove economia de recursos, eficiência administrativa e evita a descontinuidade das rotinas de manutenção e climatização.

3.7. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada e registrada nos órgãos competentes, conforme exigido pela legislação vigente, e contratados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de forma a garantir o atendimento integral às demandas do MME.

3.8. Os empregados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa contratada, a qual será responsável por sua capacitação técnica e treinamento específico para a execução dos serviços, observando as normas de segurança, saúde e meio ambiente.

Duração inicial do contrato:

3.9. Os serviços a serem contratados terão vigência de 36 (**trinta e seis**) meses, podendo ser prorrogados por períodos iguais e sucessivos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos Arts. 106 e 107, da Lei 14.133/2021, justifica-se pela natureza contínua e essencial dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização.

3.9.1. O prazo proposto garante vantajosidade à Administração, ao permitir maior estabilidade operacional, redução de custos com novas licitações, planejamento orçamentário eficiente e continuidade dos serviços com equipes já capacitadas e conhecedoras das instalações.

Dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução:

3.10. A empresa contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

3.10.1 Estar devidamente registrada na junta comercial e em situação regular perante os órgãos fiscalizadores.

3.10.2 Garantir a execução dos serviços conforme o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) previsto na Lei nº 13.589/2018 e as normas da ABNT NBR 17037/2023.

3.10.3 Disponibilizar mão de obra especializada, observando os perfis, qualificações e funções estabelecidos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

3.10.4. Possuir garantia contratual, conforme disciplina IN SEGES nº 5/2017.

3.10.5. Possuir pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, previamente à celebração do contrato.

3.11. A Contratada obriga-se a aceitar o Instrumento de Medição de Resultado, concordando com as definições dos indicadores e descontos previstos, este que deverá ser atrelado ao auxílio para atingir as metas institucionais do MME, definidas no Planejamento Estratégico Institucional.

3.12. Possuir mão de obra especializada, observando os postos e suas respectivas atribuições, perfil e qualificação profissional, bem como respeitar o enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a saber:

3.13. Ainda, deverá disponibilizar à contratante 01 (um) Encarregado(a)- Geral, conforme previsto na contratação, com o perfil adequado, que permaneça nas dependências do MME para orientar, distribuir, acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços, cabendo ainda, responder pela empresa junto aos fiscais de contrato do MME, quanto a execução dos serviços, cujos custos deverão estar discriminados em planilha própria.

Materiais e equipamentos a serem disponibilizados:

3.14. Para cumprir integralmente com as exigências da legislação trabalhista, a contratada deverá fornecer uniformes, implementar um sistema de controle de jornada de trabalho dos funcionários, empregando dispositivos eletrônicos (relógio de ponto) ou soluções tecnológicas específicas para o registro preciso dos horários de entrada e saída, além de materiais, Epis e demais componentes necessários para execução do serviço, conforme detalhado na planilha de custos e formação de preços anexa neste estudo técnico preliminar.

3.14.1 O fornecimento de materiais (peças e insumos) e serviços especiais avulsos e esporádicos, ficará também sob responsabilidade da empresa contratada, mediante planilha contratual de preços unitários, resultante do processo licitatório, através de demandas mensais, conforme a necessidade do serviço, por meio de Autorização de Fornecimento de Materiais, cujo valor será variável.

3.14.2. Peças e componentes como motores, placas de comando, bandejas de dreno, hélices e sensores, eventualmente necessários à manutenção corretiva deverão, no que couber, ser genuínas do fabricante dos equipamentos instalados (marcas Trane, Admiral, Samsung, Philco, Comfee, Springer, Hitachi, Gree, LG, TCL, etc). Não será permitida a utilização de peças usadas, recondicionadas ou que necessitam sofrer tratamento de adaptação e ajustes para serem utilizadas.

Crítérios e práticas de sustentabilidade:

3.15. A **sustentabilidade** é um conceito amplo, que visa garantir o desenvolvimento econômico e social sem comprometer os recursos das gerações futuras. Ela se sustenta em **três pilares fundamentais**:

3.15.1. Econômico: Promover crescimento econômico sustentável e investimentos responsáveis.

3.15.2. Ambiental: Proteger o meio ambiente, reduzir a exploração excessiva de recursos e mitigar danos ambientais.

3.15.3. Social: Garantir a justiça social, inclusão e equidade.

3.16. No tratamento de ações de sustentabilidade social é necessário o entendimento de alguns conceitos estruturantes:

3.16.1.1. Ações Afirmativas: são políticas sociais que visam promover benefícios, recursos, oportunidades e direitos para combater a discriminação e promover a participação de grupos minoritários (a ex.: mulheres, negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros). Elas podem ser de natureza pública ou privada, e podem ser obrigatórias, facultativas ou voluntárias.

3.16.1.2. Capacidade individual de trabalho: resultado interativo de múltiplas dimensões relacionadas à saúde e aptidões funcionais, às competências, bem como aos valores, atitudes e motivação para uma vida laboral ativa; significa que o trabalhador reúne as condições morfofisiológicas compatíveis com o desempenho de suas atividades.

3.17. **Discriminação:** ato de diferenciar, discernir, distinguir as pessoas, dando-lhes tratamento desigual ou injusto em função de preconceitos de alguma ordem, inclusive relacionados à diversidade sexual. É toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo, idade, estado civil, aparência, orientação sexual, deficiência, doença, religião, opinião política, nacionalidade, origem social ou outra razão, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou na profissão; preconceito em ação.

3.17.1. Diversidade: variedade de características, identidades, experiências, saberes, culturas, crenças, valores, opiniões, perspectivas e formas de expressão que compõem as pessoas e os grupos sociais.

3.17.2. Gênero: conjunto de valores socialmente construídos que definem as diferentes características (emocionais, afetivas, intelectuais ou físicas) e os comportamentos que cada sociedade designa para homens e mulheres. Diferente do sexo, que vem determinado com o nascimento, o gênero se aprende e se pode modificar, sendo, portanto, cultural e socialmente construído. Classificação sexual baseada na construção social do que sejam mulheres e homens; difere de sexo, que significa a diferença física entre fêmeas e machos;

3.17.3. Gestão Humanizada: forma de gestão que valoriza as pessoas, reconhece suas potencialidades, respeita suas diferenças, estimula seu desenvolvimento, promove sua saúde, segurança e bem-estar incentiva sua participação, colaboração e corresponsabilidade, e busca alcançar resultados de forma ética, eficiente e efetiva.

3.17.4. Equidade: princípio de justiça redistributiva, proporcional, fundado no reconhecimento das diferenças e nas condições e necessidades individuais, que garante a todos os indivíduos um sistema de práticas de igualdade de tratamento, oportunidades de desenvolvimento, condições para a concorrência com base na competência e acesso a serviços e benefícios sociais;

3.17.5. Inclusão: ação de reconhecer, valorizar, respeitar e promover a diversidade, garantindo a participação, a representação, a acessibilidade, a equidade, a justiça, o pertencimento e os direitos de todas as pessoas e grupos sociais.

3.17.6. Transfobia: ódio ou intolerância às pessoas transexuais e adversidade de gênero a partir da crença de que a identidade /expressão sexual de uma pessoa deve corresponder ao seu sexo biológico.

3.17.7. Transexual ou Pessoa Trans: pessoa que possui identidade de gênero oposta ao sexo designado (normalmente no nascimento). Geralmente usam hormônios, recorrem a tratamentos médicos, que podem incluir, por exemplo, terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual, mas há exceções. Nem toda pessoa transexual deseja fazer cirurgia para mudança de sexo. Assim, entende-se por transexual a pessoa que tem uma identidade de gênero diferente do sexo biológico designado ao nascer.

3.18. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19/01/2010 e alterações posteriores, priorizando seu art. 6º, os itens:

3.18.1 fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

3.18.2 realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

3.18.3 realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

3.18.4 respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

3.18.5 prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

3.19. Além dos critérios de sustentabilidade ambiental e social eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS):

3.19.1 Na existência de pessoas com deficiência na força de trabalho do contrato, a CONTRATANTE deverá informar a CONTRATADA a relação de pessoas nessa condição, com a descrição clara da deficiência e suas necessidades laborais para que em conjunto as partes do instrumento contratual possam buscar adequação de acessibilidade ao observar os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – NBR 9050/2004 (atenção ao item 8 do GNCS);

3.20. A Contratada deverá observar os critérios de ações afirmativas e inclusivas previstas no GNCS, no Programa Federal de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial (Decreto 11.785/2023) e Caderno de Logística Implementação do Ministério de Gestão e Inovação (Decreto nº 11.430/2023) como ações de sustentabilidade social que promova:

3.20.1 Desenvolver as ações necessárias para assegurar o atendimento do percentual mínimo de vagas de 8% (oito por cento), para mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

3.20.1.1 O percentual mínimo deverá ser mantido durante toda a execução contratual;

3.20.1.2 Incluir no percentual de vagas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006;

3.20.1.3 Priorizar a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

3.20.1.4 Não se caracterizará descumprimento do emprego do percentual mínimo a indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual, devidamente justificado em conformidade aos critérios pré-definidos no objeto.

3.21. O desenvolvimento de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho pelo licitante será considerado como critério de desempate em processos licitatórios, conforme disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.21.1 Para comprovação dessas ações de equidade, serão aceitos os seguintes documentos ou iniciativas:

3.21.2 Medidas que promovam a inserção, participação e ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluindo a proporção de mulheres em cargos de direção no quadro do licitante;

3.21.3 Ações que promovam a igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens no contexto de emprego e ocupação;

3.21.4 Iniciativas que assegurem a igualdade de remuneração e a paridade salarial entre mulheres e homens;

3.21.5 Políticas e práticas voltadas à prevenção e ao enfrentamento do assédio moral e sexual no ambiente de trabalho;

3.21.6 Programas específicos para a promoção da equidade de gênero e raça;

3.21.7 Ações de saúde e segurança no trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros, promovendo um ambiente laboral mais inclusivo e seguro para todos.

3.22. Durante a execução contratual, a Contratada deverá desenvolver ações, no prazo de **6 meses após a assinatura do contrato, treinamento específico** abordando:

3.22.1 Noções de sustentabilidade ambiental e eficiência energética: durante a execução do contrato a empresa contratada deverá adotar boas práticas para o uso racional e sustentável dos recursos naturais. Deverá orientar e adotar práticas para redução de consumo de energia elétrica, mantendo os equipamentos elétricos em bons estados de conservação, evitar luzes acessas em ambientes vazios, evitar deixar aparelhos de ar condicionados ligados após a execução dos serviços, bem como adotar e divulgar para seus empregados a política de redução de gastos de energia do MME.

3.22.2 Noções de Inclusão social e diversidade no ambiente de trabalho prevendo:

3.27.1.1 Realização de treinamentos anuais para a equipe contratada, com possibilidade de solicitações adicionais ao longo do ano mediante justificativa. Os treinamentos devem abordar temas como discriminação, assédio moral e sexual, questões de gênero, transfobia e diversidade.

3.27.1.2 Realização de treinamentos anuais para a equipe contratada, com possibilidade de solicitações adicionais ao longo do ano mediante justificativa. Esses treinamentos devem tratar da importância do sigilo e respeito às mulheres vítimas de violência doméstica, bem como das pessoas com deficiência.

3.27.1.3 Registrar e documentar a realização dos treinamentos, apresentando relatório de acompanhamento ao contratante.

3.23. A Contratada deverá aplicar as normas técnicas de segurança e regulamentações aplicáveis ao trabalho em altura, conforme dispõe a NR 35, deverá aplicar o que dispõe a NR 06 sobre a utilização de Equipamentos de Proteção Individual EPI, e ainda deverá aplicar o que dispõe a NR-10 sobre a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade. Deverá emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), comprovando que os serviços estão sendo realizados por profissionais habilitados.

3.24. A empresa deverá ter conhecimento e aplicação de normas técnicas como a ABNT NBR 16401 (que estabelece parâmetros para a qualidade do ar interior) e a ABNT NBR 5410 (para instalações elétricas de baixa tensão) e ainda, a contratada precisa adotar e apresentar medidas para o descarte ambientalmente correto de resíduos, como os cilindros de fluidos refrigerantes, tubos flexíveis de cobre, cabos elétricos do tipo PP, pilhas AA, compressores e demais peças inutilizáveis.

3.25. A empresa Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com o Art. 144 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

3.26. Aplicar materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 da Presidência da República, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis.

3.27. Durante a execução do contrato, deverão ser adotadas práticas de tratamento e destinação adequada de resíduos sólidos, em conformidade com o **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** e alinhadas ao **Plano de Logística Sustentável (PLS) do MME – 2024-2028**, que estabelece, entre suas diretrizes, a racionalização do consumo de recursos, a adoção de práticas sustentáveis ao longo do ciclo de vida dos bens e serviços e o acompanhamento de indicadores de desempenho, disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-participativo-e-gestao-de-riscos/o-que-e/plano-diretor-de-logistica-sustentavel/pls-2024-2028.pdf/view>

3.28 Outras práticas sustentáveis poderão ser descritas oportunamente no Termo de Referência.

Subcontratação

3.29. Não deve ser permitida subcontratação do objeto, sendo tão somente permitida a utilização de serviços específicos ou eventuais de pessoas especializadas para auxiliar no atendimento aos objetivos acordados.

Garantia de execução

3.30. Deve ser exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento), em vista do expressivo valor estimado do contrato de **R\$ 4.436.483,93** (Quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos), nos termos do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

Disposições contratuais obrigatórias

3.31. O Decreto nº 9.507, de 2018, prevê em seus arts. 8º e 9º uma série de disposições que obrigatoriamente devem constar no contrato celebrado, dentre as quais destaca-se a adoção de um dos dois mecanismos de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra:

3.32. Pagamento à pessoa jurídica contratada dos valores referentes ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados que participarem da execução dos serviços contratados efetuado somente na ocorrência do fato gerador; ou

3.33. Pagamento à pessoa jurídica contratada dos valores referentes ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados que participarem da execução dos serviços contratados por meio de depósito em conta vinculada específica, aberta em nome da pessoa jurídica contratada, e com movimentação autorizada pela contratante.

3.34. A operacionalização desses mecanismos deve observar os Cadernos de Logística próprios disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). Incumbe ao Administrador, apenas, escolher entre uma das duas opções.

3.35. No caso, a operacionalização da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação conta com maior agilidade e possui módulo com cálculo automático por meio do Sistema Compras.gov.br Contratos, reduzindo a chance de erros nas retenções e liberações. Tal ponto justifica sua adoção em face do mecanismo de pagamento com base na ocorrência do fato gerador, de custo administrativo maior para operacionalização.

Justificativa para uso da Conta Vinculada

3.36. Considerando o cenário atual das contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, evidencia-se a necessidade de adoção de mecanismos eficazes de controle e mitigação de riscos. Nesse contexto, justifica-se a utilização da sistemática da Conta-Depósito Vinculada bloqueada para movimentação, com o objetivo de prevenir eventuais descumprimentos das obrigações trabalhistas e rescisórias por parte da contratada, assegurando a devida cobertura financeira para tais responsabilidades.

3.37. Ressalta-se que a Conta-Depósito Vinculada bloqueada para movimentação constitui instrumento amplamente consolidado na Administração Pública Federal, já incorporado às práticas de gestão contratual e reconhecido como mecanismo eficiente de proteção, transparência e segurança jurídica. Tal instrumento reforça o compromisso institucional com a correta aplicação dos recursos públicos, garantindo que valores destinados ao cumprimento de obrigações sociais e trabalhistas sejam devidamente preservados, especialmente em situações de inadimplemento da empresa contratada. Observa-se, ainda, que esse procedimento é adotado de forma recorrente nos contratos de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra, inclusive no âmbito deste Ministério.

3.38. Ainda que o Pagamento pelo Fato Gerador tenha sido oficialmente disponibilizado como alternativa a partir de 2018, verifica-se que sua implementação requer maior maturidade operacional e técnica na fiscalização contratual, tendo em vista a necessidade de monitoramento individualizado e sistemático de ocorrências futuras e variáveis relacionadas a cada posto de trabalho. Diante do quantitativo de servidores disponíveis e das competências específicas demandadas, constata-se que a adoção imediata dessa metodologia pode gerar impactos na efetividade fiscalizatória. Assim, a Conta Vinculada apresenta-se como solução mais adequada, diante das atuais condições operacionais.

3.39. Assim, diante dos fatores expostos, conclui-se que a adoção da Conta-Depósito Vinculada apresenta o melhor custo-benefício para mitigar o risco de descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e de FGTS pela contratada, demonstrando-se instrumento mais seguro, previsível e estável para gestão contratual

3.40. Portanto, em observância às diretrizes do gerenciamento de riscos, recomenda-se a formal adoção da Conta-Depósito Vinculada bloqueada para movimentação, conforme previsto no Termo de Referência, garantindo-se a efetiva proteção dos trabalhadores vinculados ao contrato e a segurança jurídica dos gestores e fiscais responsáveis.

Justificativa para não Participação de consórcio, cooperativas, organizações sociais, instituições sem fins lucrativos, empresários individuais e pessoas físicas

3.41. Não deve ser admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

3.42. Não devem participar as cooperativas de trabalho, considerando que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados. A execução compartilhada ou em rodízio, ainda traria dificuldades significativas no cumprimento de procedimentos internos, na fiscalização e avaliação da execução dos serviços, como a identificação de responsáveis por eventuais falhas ou descumprimentos nas obrigações contratuais, direcionamento de solicitações de informações e reclamações, perda na eficiência esperada quanto ao atendimento dos prazos e exposição ao risco de desnivelamento dos padrões de qualidade.

3.43. Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746 /2014-TCU-Plenário) e instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017).

Deve ser admitida a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, desde que os serviços objeto desta contratação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

3.44. Não deve ser permitida a participação de pessoas físicas, com fundamento no parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, pois a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme requisitos estabelecidos no tópico 4 destes Estudos Técnicos Preliminares.

Participação de microempresas e empresas de pequeno porte

3.45.A contratação está inicialmente estimada no valor aproximado de **R\$ 4.436.483,93 (Quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos)**. Considerando que o valor está acima do limite previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a contratação não deve ser destinada a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.46. Resta ainda avaliar o disposto no inciso II do art. 48 da mesma Lei Complementar, de que a Administração pode exigir a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte no caso de serviços., entretanto levando-se em consideração o que consta no item 2, das disposições contratuais obrigatórias, não se revela prudente exigir a subcontratação, razão pela qual tal exigência não deve ser adotada no presente caso.

Participação de empresas que gozam do benefício fiscal da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (desoneração da folha de pagamentos)

3.47. Deverão comprovar atividade principal enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0, conforme inciso IV, do art. 7º da Lei 12.546/2011:

3.47.1 enviar documentos que comprovem as atividades que efetivamente são exercidas em seu estabelecimento e compatíveis com o objeto social constante do respectivo ato registrado no Órgão de Registro, aquelas que geram maior receita.

3.47.2 enviar documentos que comprovem o direito de optar pela desoneração da folha de pagamento, com informações tributárias encaminhadas para a Receita Federal do Brasil (RFB), a exemplo da DCTFWEB, EFD ou DARF, de pagamento da contribuição previdenciária.

3.47.3 Apresentar relação de contratos, com a descrição dos respectivos objetos, detalhando o faturamento mensal/anual relativos à atividade principal da empresa.

3.47.4 Tal exigência justifica-se, pois:

3.47.4.1 **Para a parte da receita bruta gerada por atividades desoneradas (previstas nos arts. 7º e 8º da Lei 12.546/2011)** → A empresa pagará a contribuição previdenciária sobre a **receita bruta**, conforme as regras da desoneração.

3.47.4.2 **Para a parte da receita bruta gerada por outras atividades (não desoneradas)** → A empresa pagará a contribuição previdenciária com base na folha de pagamento, **mas de forma proporcional**.

3.47.4.3 Ou seja, o percentual da contribuição sobre a folha será **reduzido** proporcionalmente à participação da receita bruta dessas atividades não desoneradas no faturamento total da empresa.

3.47.5 A ausência de tais documentos deverá resultar na desclassificação da empresa.

*"O atendimento à legislação tributária no tocante ao enquadramento de pessoa jurídica no regime de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, nos termos da Lei 12.546/2011, **não impõe vantagem indevida** - e, portanto, não viola o princípio da isonomia - em licitação pública **desde que haja compatibilidade entre os serviços licitados e os constantes do cadastro de atividades econômicas do proponente**" (ACÓRDÃO 437/2020 - PLENÁRIO TCU).*

3.47.6 Essa regra é importante porque impede que empresas que realizam atividades diversas **usem indevidamente o benefício da desoneração para toda a sua receita**, o que geraria uma vantagem indevida e distorções tributárias.

Justificativa da Forma de seleção do fornecedor

3.48. A contratação deve ser realizada por **licitação, na modalidade Pregão Eletrônico**, que é a forma comumente adotada para a realização da contratação de objetos da mesma natureza pela Administração Pública.

3.49. O **modo de disputa deverá ser o aberto/fechado**, tendo em vista a natureza da contratação, a justificativa da escolha do modo de disputa combinado aberto e fechado em decorrência das razões abaixo elencadas:

3.49.1. Ampla Competição Inicial: A primeira fase aberta de 15 minutos permite que os licitantes enviem lances iniciais, criando uma base competitiva que reflete a oferta mais vantajosa naquele momento.

3.49.2 Elemento Surpresa: A segunda fase aberta aleatória, que pode encerrar o item/lote a qualquer momento de 0 a 10 minutos, introduz um elemento de surpresa, incentivando os licitantes a considerarem suas estratégias de lances com cautela e agilidade.

3.49.3 Fechamento Focado na Vantagem: A fase final fechada de 5 minutos concentra-se nos licitantes que ofereceram as melhores propostas, promovendo um ambiente onde os lances finais são disputados entre aqueles que demonstraram o maior interesse e competitividade.

3.49.4 Redução de Possíveis Conluíus: A restrição da fase fechada aos licitantes com valores superiores em até 10% do menor preço ajuda a evitar conluíus e manipulações de preços, garantindo que apenas os licitantes mais competitivos participem dessa etapa.

3.49.5 Sigilo e Integridade: O lance final é fechado, que permanece sigiloso até o encerramento, protege a integridade do processo licitatório e garante que os lances sejam feitos com base na real disposição de cada licitante em oferecer o melhor preço.

3.49.6 Maior Eficiência e Agilidade: O formato combinado agrega elementos de competitividade das fases abertas com a vantagem de uma fase final mais focada, resultando em maior eficiência e agilidade na seleção da proposta mais vantajosa.

3.49.7 Estímulo à Redução de Custos: Ao criar um ambiente altamente competitivo, esse modo de disputa incentiva os licitantes a ajustarem suas ofertas de forma a proporcionar economia para a Administração Pública.

3.49.8 Diante das justificativas apresentadas, esta equipe de contratação entende que o modo de disputa combinado “aberto e fechado” é o que melhor otimiza competição, transparência, integridade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a

3.49.9 Administração, ao mesmo tempo em que se reduz a possibilidade de práticas antiéticas e conluíus. Essa abordagem promove a eficiência do processo e o alcance dos melhores resultados.

Justificativa para a Exigência dos Dois Últimos Exercícios na Qualificação Econômico-Financeira

3.50. A exigência de apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais fundamenta-se na necessidade de garantir a capacidade econômico-financeira das licitantes, especialmente por tratar-se de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

3.51. Os critérios adotados seguem as diretrizes da IN Seges/MPDG nº 05/2017, Anexo VII-A, cuja aplicação foi autorizada pela IN Seges/ME nº 098/2022, assegurando parâmetros objetivos para a avaliação da solidez financeira das empresas participantes.

3.52. Além disso, considerando que a Administração pode ser responsabilizada subsidiariamente pelo inadimplemento de encargos trabalhistas, conforme prevê a Súmula 331 do TST, torna-se essencial verificar a capacidade financeira real das licitantes, minimizando riscos de descumprimento contratual e garantindo a continuidade dos serviços.

3.53. A exigência de dois exercícios permite um diagnóstico mais preciso, evitando que empresas com desequilíbrio financeiro recente ocultem sua real situação com base em um único período contábil.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho

5. Levantamento de Mercado

5.1. A equipe de planejamento realizou um levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções atualmente praticadas para a execução de **serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização (aparelhos de ar condicionado do tipo split e splitão)**, incluindo fornecimento de materiais, insumos e mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

5.2. As contratações realizadas anteriormente pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e por outros órgãos da Administração Pública Federal para serviços similares abrangendo manutenção predial e climatização demonstram ampla competitividade no mercado fornecedor, tanto pelo número de empresas especializadas quanto pela quantidade de profissionais capacitados disponíveis.

5.3 O formato que melhor atende às necessidades operacionais do MME, considerando a natureza continuada e técnica do serviço, é o de **contratação de empresa especializada** na execução de **serviços de manutenção de ar-condicionado**, em **regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, em grupo único, com a devida observância às **Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs)** pertinentes e às categorias funcionais e as condições de contratação a serem estabelecidas no Termo de Referência - TR.

5.4. Confirmamos que os padrões de desempenho e qualidade, objeto da contratação, pode ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, caracterizando um serviço comum, que será licitado na modalidade de pregão eletrônico, conforme determina a Lei nº 14.333/2021.

5.5. Verifica-se que, no mercado especialmente no âmbito da Administração Pública , a solução mais comumente adotada para este tipo de serviço é a contratação com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva (por posto de trabalho). Essa modalidade é necessária e vantajosa diante da **natureza contínua e essencial** do serviço, cuja interrupção pode comprometer o funcionamento de ambientes administrativos e técnicos, como salas de servidores, centrais de monitoramento, auditórios e centros de dados, entre outros.

5.5.1 No caso do **MME**, a manutenção dos sistemas de climatização é indispensável para garantir a adequada conservação dos equipamentos, o conforto térmico dos servidores e a eficiência energética das instalações.

5.5.1.2 O mercado apresenta **diversas empresas especializadas** com capacidade técnica e operacional para atender às especificações desta contratação, especialmente no Distrito Federal, onde há ampla oferta de prestadores de serviço.

5.6. Logo, em atenção ao inciso III do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022, após serem consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, não foram identificadas a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração para a escolha do tipo de solução a contratar, não sendo identificadas soluções divergentes das anteriormente apresentadas.

Solução 1: Contratação de serviços de manutenção de sistemas de climatização por posto de trabalho.

5.7. Em linhas gerais, o serviço consiste na alocação, pela empresa contratada, de equipe própria para execução das atividades técnicas e operacionais previamente definidas (manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado tipo split e splitão; higienização de dutos; análises da qualidade do ar; remanejamento e instalação de novos equipamentos etc.). Ressaltamos que a contratação pretendida não apresenta exigências ou especialidades de recrutamento extraordinariamente restritivas, de modo que o mercado fornecedor qualificado poderá atender à demanda da forma plena.

5.8 A contratação por postos de trabalho permite que os profissionais alocados dedicados à prestação do serviço estejam integrados ao cotidiano da climatização da edificação, familiarizando-se com os equipamentos, os ambientes e as rotinas de manutenção, o que favorece maior produtividade, agilidade na resposta às demandas técnicas e operacionalidade mais eficiente em especial diante de sistemas com manutenção contínua e regimes de dedicação exclusiva de mão de obra

Mercado de fornecedores:

5.9. Destaca-se que a contratação não possui características que restrinjam a competitividade no certame licitatório. Em consultas a contratações semelhantes realizadas por diversos órgãos da Administração Pública, verificou-se a ampla existência de empresas

especializadas e capacitadas para a execução de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado, incluindo higienização de dutos, análise da qualidade do ar e serviços correlatos, com dedicação exclusiva de mão de obra técnica conforme tabela abaixo:

CNPJ	Fornecedor
00.578.617/0001-99	PROCLIMA ENGENHARIA LTDA
02.604.476/0001-67	CLIMATICA ENGENHARIA EIRELI
72.581.283/0001-13	TECNICALL ENGENHARIA LTDA
04.768.702/0001-70	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENCAO E INSTALACOES LTDA
37.071.313/0001-40	EMIBM ENGENHARIA E INOVACAO LTDA
03.629.664/0001-02	POWER SAFETY SERVICOS E COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA
12.742.245/0001-73	UNISERVE COMERCIO E SERVICOS TERCEIRIZ
14.061.065/0001-51	ELITE FACILITY SERVICOS PROFISSIONAIS LTD
26.708.614/0001-16	AR VERTICAL ENGENHARIA LTDA
63.223.093/0001-33	WS SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA
03.012.610/0001-01	MARZZE SERVICOS E FACILITIES LTDA
17.596.391/0001-51	GENESIS COMERCIO E MANUTENCOES LTDA
15.836.461/0001-76	ARTECH SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REFRIGERAÇÃO LTDA

5.10. A participação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado tem se mostrado amplamente competitiva no âmbito da Administração Pública, evidenciando a existência de um mercado consolidado e apto a atender às demandas desse tipo de contratação, com disponibilidade de profissionais qualificados e estrutura técnica adequada para execução dos serviços.

5.11. Verifica-se que a Administração Pública adota, de forma recorrente, a terceirização dos serviços de climatização e refrigeração, com métrica baseada em postos de trabalho e dedicação exclusiva de mão de obra técnica especializada, o que se configura como prática consolidada e eficiente para garantir a continuidade, a qualidade e a segurança operacional dos sistemas de climatização nos órgãos públicos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

órgão	Pregão	Empresa
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE III	Nº 90084/2025	LASANT CONSTRUCOES LTDA RJ CNPJ: 16.432.951/0001-70
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE/MG)	Nº 01/2024	INOVA REFRIGERAÇÃO JANAÚBA LTDA

		CNPJ: 45.988.992/0001-45
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA (UFDPAr)	Nº 90005/2024	TOP ARCONDICIONADO LTDA - PI CNPJ: 07.111.745/0001-77

6. Descrição da solução como um todo

Solução 1: Contratação de serviços por demanda/produktividade.

6.1 Nas contratações de serviços por demanda ou produtividade, observam-se situações que não se harmonizam adequadamente com a natureza e a rotina do serviço público de manutenção de sistemas de climatização, exigindo da Administração um esforço desnecessário na gestão contratual, tais como:

a) Mostram-se inviáveis, uma vez que as demandas de manutenção surgem de forma imprevisível e contínua, impossibilitando a emissão constante de ordens de serviço específicas para cada ocorrência;

b) Mostram-se improdutivos, pois a empresa contratada teria que deslocar técnicos e auxiliares a todo instante, o que resultaria em perda de tempo, ineficiência e falta de familiaridade dos profissionais com os sistemas e ambientes técnicos do órgão;

c) Mostram-se impraticáveis, considerando que a manutenção de sistemas de climatização não permite a definição de critérios objetivos de produtividade, já que as variáveis das atividades (complexidade da manutenção, tempo de execução e tipo de equipamento) impossibilitam a fixação de valores unitários de forma justa e mensurável;

d) Não é possível estimar, por exemplo, um quantitativo de manutenções corretivas, substituição de peças, higienizações de dutos ou análises de qualidade do ar, pois as ocorrências dependem de fatores externos e do uso contínuo dos equipamentos.

Solução 2: Contratação de serviço por postos de trabalho.

6.2. A contratação por postos de trabalho permite que os profissionais alocados como técnicos mecânicos em refrigeração, ajudantes de manutenção, encarregado geral e técnico em segurança do trabalho estejam inseridos permanentemente no cotidiano do órgão, conhecendo os sistemas de climatização instalados, os procedimentos internos e as rotinas operacionais. Essa familiaridade proporciona maior eficiência, agilidade e qualidade na execução dos serviços, garantindo o atendimento imediato das demandas e a continuidade da operação dos equipamentos.

Solução escolhida:

6.3 Após análise das soluções disponíveis no mercado, considerando a natureza contínua e técnica das atividades, a contratação deverá ocorrer por meio de fornecimento de mão de obra especializada, em regime de dedicação exclusiva, com unidade de medida definida por postos de trabalho.

Justificativa da escolha:

6.4. Em relação à **Solução 1**, observa-se que o modelo por produtividade não é adequado para os serviços de manutenção de ar-condicionado, pois esses dependem de acompanhamento contínuo e intervenções preventivas e corretivas não passíveis de mensuração objetiva. Assim, a execução por demanda isolada não se mostra eficaz nem compatível com as exigências operacionais da Administração Pública.

6.5 Já na Solução 2, verifica-se que a prática de contratação por postos de trabalho é amplamente adotada na Administração Pública, inclusive em órgãos como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), demonstrando sua viabilidade técnica e econômica. Esse modelo favorece a padronização, eficiência, economicidade e ampla competitividade entre fornecedores, além de permitir maior controle e continuidade dos serviços.

6.6 O modelo de contratação por postos de trabalho garante a **disponibilidade permanente** dos profissionais nas dependências do Ministério de Minas e Energia (MME), assegurando pronta resposta às demandas e manutenção preventiva regular, com ganhos de produtividade e qualidade. Trata-se, portanto, da solução mais adequada para serviços que envolvem **rotinas técnicas contínuas e essencialidade operacional**, conforme disposto no art. 6º, inciso XXII, e art. 108 da **Lei nº 14.133/2021**.

6.7. Para fins de aferição da execução e do pagamento dos serviços, a adoção de **preço por posto de trabalho** permite melhor controle contratual e avaliação de desempenho, podendo ser aplicada metodologia de **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)**, conforme previsto na **IN SEGES/MGI nº 58/2022**, que substitui a IN nº 5/2017, adequando-se ao novo regime de contratações públicas.

Dos Serviços

6.8. A prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado, bem como higienização de dutos, análise da qualidade do ar e eventuais remanejamentos de equipamentos, será realizada nas dependências do Ministério de Minas e Energia (MME), localizado no Bloco "U", Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, de forma contínua e com fornecimento de mão de obra

uniformizada e devidamente qualificada, em regime de dedicação exclusiva, conforme quantitativo e categorias estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar. Os serviços deverão seguir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, incluindo a Lei Federal nº 13.589/2018 (PMOC) e a ABNT NBR 17037/2023, que tratam da qualidade do ar interior e manutenção de sistemas de climatização.

6.9. A contratada deverá alocar empregados qualificados para execução dos serviços, conforme as exigências previstas no Termo de Referência, e aderir ao Instrumento de Medição de Resultado (IMR), aceitando os indicadores e descontos aplicáveis. As atividades serão de natureza rotineira e contínua, sob supervisão direta do Gestor do Contrato e da Equipe de Fiscalização designada.

6.10. O Plano de Ação de Manutenção Preventiva e Corretiva encontra-se detalhado neste instrumento, abrangendo aspectos de mão de obra, materiais e rotinas operacionais.

6.10.2. O prazo de início da execução poderá ser ajustado conforme interesse e conveniência administrativa do Ministério, respeitando-se as condições contratuais e os princípios da continuidade do serviço público.

6.11. A abrangência dos serviços (escopo) englobará os todos os aparelhos de refrigeração e os demais elementos de infraestrutura elétrica correspondente necessária ao funcionamento dos equipamentos, compreendendo as redes elétricas entre os quadros específicos de ar condicionado existente nos andares, quadros e chaves elétricas (disjuntores), até os aparelhos;

6.12. Como grande parte dos equipamentos estão instalados em altura, seja pelo lado interno do edifício e especialmente pelo lado externo (cujo acesso se faz com a utilização de andaime suspenso motorizado – balancim), a aproximação para a execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva a esses equipamentos precisam ser acompanhados por um profissional de Segurança e Saúde do Trabalho, para checar as condições de trabalhos, os equipamentos e demais dispositivos de segurança, de conformidade com a Norma Regulamentadora nº 35, que estabelece que para as atividades executadas acima de dois metros, onde haja risco de queda, os requisitos mínimos e as medidas de proteção para esses serviços, envolvendo o planejamento a organização, impondo, portanto a necessidade de **1(um) Posto de Trabalho Técnico(a) em Segurança de Trabalho.**

6.13 Para dirigir, coordenar e controlar o trabalho das equipes e com as devidas condições de segurança, é necessário **1 (um) Posto de Encarregado (a) Geral de Manutenção**, de conformidade com o Inciso II do Art. 5º da Instrução Normativa nº 5/2017 - SEGES/MPOG, in verbis (Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de: ... II - Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário), com jornada de 44 horas por semana.

Da atribuição e perfil profissional do posto de trabalho:

Encarregado-Geral de Manutenção

a) Posto Fixo - CBO 9101-05

Formação escolar:

a) Escolaridade: Ensino médio completo a ser comprovado e conhecimento básico de informática em ambiente Windows;

b) Experiência profissional: experiência de 2 (dois) anos comprovados em carteira de trabalho ou contrato na área de climatização e refrigeração;

Atribuições:

a) Supervisionar, coordenar e chefiar as equipes técnicas de manutenção de aparelhos de ar-condicionado, preferencialmente dos tipos split e splitão, garantindo a execução das atividades conforme o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e demais normativos vigentes;

b) Planejar, distribuir e acompanhar as tarefas de manutenção preventiva e corretiva, controlando o desempenho das equipes e a qualidade dos serviços prestados;

c) Acompanhar e orientar tecnicamente a execução dos serviços realizados, assegurando o cumprimento das normas de segurança, das boas práticas de engenharia e das NRs aplicáveis (NR-10 e NR-35);

d) Providenciar sinalizações orientativas, legíveis e visíveis nos locais de manutenção, informando a realização de intervenções preventivas e/ou corretivas, de modo a preservar a segurança dos usuários e servidores;

e) Elaborar relatórios técnicos, checklists e registros de manutenção, consolidando informações sobre as atividades executadas, falhas identificadas, materiais utilizados e medidas corretivas adotadas;

f) Realizar o controle e acompanhamento do cronograma de manutenção, bem como zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos e pela adequada utilização de materiais, equipamentos e ferramentas;

g) Acompanhar eventos e atividades especiais realizados nos auditórios, salas de reuniões e demais dependências do órgão, podendo ser escalado para atuar em horário diferenciado, conforme solicitações da Administração;

h) Interagir com o Gestor do Contrato e a Equipe de Fiscalização, prestando suporte técnico, emitindo pareceres sobre ocorrências e propondo melhorias nos processos de manutenção.

Técnico(a) em Segurança de Trabalho

a) Posto Fixo - CBO 3516-05

Formação escolar:

a) Escolaridade: Ensino médio completo, com Certificado de Curso Técnico em Segurança do Trabalho e conhecimento de informática em ambiente Windows;;

b) Ter experiência profissional de 2(dois) anos ou mais a ser comprovado em carteira profissional ou contrato;

Atribuições:

a) Atuar como responsável técnico pela montagem, desmontagem e movimentação segura do andaime suspenso motorizado (balancim) utilizado nos serviços executados nas fachadas leste e oeste do edifício, garantindo a conformidade com a NR-35 – Trabalho em Altura e demais normativos aplicáveis;

b) Elaborar, implementar e acompanhar programas de prevenção de acidentes, inspeções de segurança e planos de ação voltados à integridade física e psíquica dos trabalhadores envolvidos nas atividades de manutenção;

c) Fiscalizar o uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs), assegurando que todos os trabalhadores estejam devidamente treinados e que os equipamentos estejam em conformidade com as normas técnicas vigentes;

d) Avaliar as condições ambientais e operacionais do trabalho, identificando riscos, emitindo recomendações técnicas e adotando medidas corretivas e preventivas para eliminação ou mitigação de riscos ocupacionais;

e) Realizar a análise de riscos (APR) e a liberação de atividades críticas, como o trabalho em altura e o uso de equipamentos suspensos, zelando pela segurança operacional das equipes técnicas;

f) Elaborar relatórios técnicos, laudos e registros de inspeção, além de promover treinamentos e campanhas educativas voltadas à conscientização e prevenção de acidentes;

g) Acompanhar e monitorar a execução dos serviços em campo, certificando-se de que as rotinas sigam as determinações legais e que as intervenções sejam realizadas com segurança, eficiência e dentro dos padrões estabelecidos pela Administração;

h) Interagir com o Gestor do Contrato, a Equipe de Fiscalização e o Encarregado de Manutenção, prestando suporte técnico em segurança do trabalho e emitindo pareceres sobre situações de risco ou incidentes ocorridos durante as atividades.

Técnico(a) em Refrigeração e ar condicionado

a) Posto Fixo - CBO 3141-15

b) Formação escolar: Escolaridade: Ensino médio completo com Certificado de Curso Técnico em Refrigeração a ser comprovado;

c) experiência profissional de 2(dois) anos ou mais como Técnico em Refrigeração, a ser comprovado em carteira profissional ou contrato;

d) Certificado de conclusão de curso NR 35 – Trabalho em Altura com uma carga horária mínima de 08 horas conforme a exigência do MTE;

e) Certificado de Conclusão de curso NR -10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

Atribuições:

a) Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado, preferencialmente dos tipos split e splitão, assegurando o cumprimento das rotinas estabelecidas no PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle;

b) Realizar instalação, substituição e remanejamento de aparelhos, bem como reparo e limpeza de drenos, recarga de gás refrigerante, verificação de pressões e demais parâmetros de operação;

c) Diagnosticar falhas, efetuar testes de desempenho e propor soluções corretivas que garantam a eficiência energética e o bom funcionamento dos sistemas de climatização;

- d) Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas e de segurança, especialmente as NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), assegurando a integridade física dos trabalhadores e a preservação do patrimônio público;
- e) Manter registro das manutenções realizadas em formulários, relatórios e planilhas de controle, reportando-se ao encarregado ou supervisor responsável;
- f) Operar ferramentas, equipamentos e instrumentos de medição específicos para atividades de climatização e refrigeração;
- g) Colaborar com o Gestor do Contrato e a Equipe de Fiscalização, garantindo a qualidade dos serviços e o cumprimento das metas de desempenho estabelecidas.

Ajudante Geral de Manutenção

a) Posto Fixo - CBO 3141-15

b) Formação escolar: Escolaridade: Fundamental completo, com experiência na área, registrada em carteira profissional.

c) experiência profissional como ajudante geral com 2 (dois) anos ou mais a ser comprovado em carteira profissional ou contrato;

d) Certificado de conclusão de curso presencial NR 35 – Trabalho em Altura com uma carga horária mínima de 08 horas com prática obrigatória, conforme a exigência do MTE;

Atribuições:

a) Auxiliar os Técnicos Mecânicos em Ar-Condicionado na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo desmontagem, limpeza, substituição de componentes, testes de funcionamento e montagem de equipamentos dos tipos *split* e *splitão*;

b) Apoiar nas atividades de instalação, remoção e remanejamento de aparelhos de climatização, auxiliando na fixação de suportes, passagem de tubulações, isolamento térmico, ligação elétrica e ajustes operacionais;

c) Efetuar serviços básicos de manutenção predial relacionados às rotinas de climatização, como limpeza de drenos, substituição de filtros, higienização de grelhas e verificação de vazamentos;

d) Preparar, organizar e transportar ferramentas, materiais e peças, garantindo que todos os recursos necessários à execução das tarefas estejam disponíveis e em boas condições de uso;

e) Auxiliar na execução de serviços em altura, observando rigorosamente as orientações do Técnico em Segurança do Trabalho e utilizando adequadamente os equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs);

f) Acompanhar o descarte adequado de resíduos e materiais provenientes dos serviços de manutenção, conforme as normas ambientais e de segurança aplicáveis;

g) Zelar pela conservação dos equipamentos e ferramentas de trabalho, comunicando ao Encarregado ou Técnico responsável qualquer anormalidade observada durante as atividades;

h) Prestar apoio em serviços eventuais e emergenciais, como religação de disjuntores, reposição de pilhas, ajustes simples em controles remotos e pequenas correções em drenos de condensado;

i) Auxiliar na elaboração de registros de manutenção, relatórios de campo e checklists sob supervisão do Técnico responsável.

Justificativa Técnica para Exigência de Experiência Profissional

6.14. A exigência de experiência profissional mínima para todos os cargos vinculados à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização justifica-se pela complexidade técnica, pelos riscos ocupacionais envolvidos e pela necessidade de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, especialmente considerando as características das instalações prediais e os equipamentos de médio e grande porte utilizados.

6.14.1 Essas atividades demandam profissionais habilitados e experientes, capazes de atuar com segurança e precisão em sistemas de climatização do tipo split, splitão e central, incluindo intervenções elétricas, hidráulicas, em altura e com o uso de ferramentas específicas. As tarefas também envolvem manuseio de fluidos refrigerantes, controle de vazamentos, substituição de compressores, balanceamento de sistemas e interpretação de diagramas elétricos e mecânicos.

6.14.2 Além disso, os serviços devem seguir rigorosamente as normas NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-35 (Trabalho em Altura), Lei nº 13.589/2018 (PMOC), Resolução RE nº 9/2003 da ANVISA e as normas da ABNT (NBR 14679 e NBR 15848). O descumprimento dessas diretrizes pode acarretar danos materiais, riscos à integridade física dos trabalhadores e paralisações nas atividades administrativas do órgão.

6.14.3 Assim, a experiência prévia comprovada em carteira profissional ou contrato anterior é requisito essencial para assegurar que os profissionais designados possuam conhecimento técnico, prática consolidada e capacidade de resposta rápida diante de falhas ou emergências, garantindo segurança operacional, eficiência energética e economicidade na execução contratual.

6.14.4 A exigência, portanto, não representa barreira à competitividade, mas instrumento de qualificação técnica indispensável à prestação de serviços contínuos e de natureza crítica, conforme preveem os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 16 da IN SEGES/ME nº 58/2022.

Das manutenções preventivas

6.15. As manutenções preventivas deverão ser realizadas, em regra, no horário das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira ou excepcionalmente no período noturno, nos finais de semana ou feriados na sistemática de compensação de horas, a ser combinado com a fiscalização;

6.16. A manutenção preventiva dos equipamentos e instalações respectivas será executada com base nas rotinas mínimas definidas pela Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998 do Ministério da Saúde, mediante a implantação e aplicação do “PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC, além das indicadas e prescritas pelo fabricante se houver, e bem como na própria experiência da empresa a ser contratada e de comum acordo com a fiscalização do MME, no qual deverá atingir uma meta mensal de no mínimo 90% das manutenções previstas no PMOC, salvo por motivos de força maior ou caso fortuito que impeça a execução das manutenções nas quais deverá ser justificada formalmente pela CONTRATADA.

6.17. Exclusivamente, as manutenções preventivas (higienização completa) das condensadoras instaladas na fachada leste do edifício, deverão ser feitas externamente (pelo lado de fora do prédio) com a utilização de andaime motorizado do tipo suspenso, devidamente aprovado por laudo técnico de segurança do trabalho, apresentação de projeto de instalação e acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica por profissional legalmente qualificado, conforme estabelece a NR -18 e Portaria SIT nº 201, de 21 de janeiro de 2011;

6.18. Portanto, não será permitido o acesso às condensadoras instaladas na fachada leste pelo interior do edifício, salvo exceções devidamente autorizadas pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do MME;

6.19. A limpeza completa de cada unidade condensadora e evaporadora deverá ser realizada pelo menos a cada 12 (doze) meses, intervalo recomendado por praticamente todos os fabricantes, e que tem por objetivo manter a eficiência do aparelho de ar condicionado, durabilidade, evitar quebras e economia de energia;

6.20. O **PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC** deverá ser elaborado e entregue a contratada em até 30 dias do início do Contrato, e o mapa de programação das atividades para cada equipamento deverá ser enviado mensalmente e previamente à fiscalização para controle. O mapa de manutenção e higienização programada dos sistemas deve apresentar a relação das atividades e a periodicidade a serem executadas.

Das manutenções corretivas

6.21. Far-se-á nos momentos em que qualquer um dos equipamentos apresentarem falhas ou eventuais defeitos no seu funcionamento ou quando ocorrer paralisação parcial ou total. Será executada durante o horário normal de funcionamento do MME, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 17h00min, pelos técnicos residentes nos Postos de Trabalhos, ou excepcionalmente no período noturno, nos finais de semana ou feriados na sistemática de compensação de horas, a ser combinado com a Fiscalização;

6.22. A determinação/comando dos serviços de manutenção corretiva será feita mediante Ordem de Serviço solicitada via ramal 5544 pelo usuário do equipamento ou pela Fiscalização;

6.23. O prazo máximo para o atendimento da Ordem de Serviço, que não dependa da aquisição de peças mecânicas e componentes, será de até 4 horas;

6.24. Na eventualidade de ser necessária a reposição de componentes ou insumos (peças, gás refrigerante, compressores entre outros a Contratada deverá informar e submeter à relação previamente à Fiscalização, que com base na planilha contratual de custos de peças /materiais, irá realizar a apropriação da despesa e providenciará a abertura da Autorização de Fornecimento de Material;

6.25. Nos casos de substituição de peças e componentes, estas deverão, no que couber ser novas, genuínas (originais de fábrica ou equivalentes) ou aprovadas pelo fabricante, não sendo permitida a utilização de peças usadas, recondicionadas ou que necessitam sofrer tratamento de adaptação e ajustes para serem utilizadas.

Do andaime suspenso motorizado/Balancim Elétrico

6.26. O equipamento andaime motorizado tipo suspenso/**Balancim Elétrico** deverá ser novo e estar isento de ferrugens e deformações estruturais, ou seja, em bom estado de conservação que garanta que a execução dos trabalhos ocorra com a máxima segurança; dimensionado e instalado de modo a suportar, com segurança, as cargas de trabalho a que estará sujeito; possuir placa de

identificação, colocada em local visível, onde conste a carga máxima de trabalho permitida; deverá conter rodinhas com trava de segurança, para facilitar o manuseio quando da mudança de local de instalação; e deverá ser acompanhado de projeto de instalação e manual técnico de montagem;

6.27. A instalação, movimentação e a manutenção do andaime motorizado suspenso deverá ser realizada por trabalhador qualificado, sob supervisão e responsabilidade do Técnico (a) de Segurança legalmente habilitado obedecendo, quando de fábrica, as especificações técnicas do fabricante;

6.28. A montagem do Andaime deve atender todos os padrões de segurança, qualidade e regulamentação exigidos: Norma Regulamentadora 18 – NR 18, incluindo projeto executivo e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

6.29. Todos os trabalhadores sejam qualificados com Certificado de conclusão de curso **NR 35 – Trabalho em Altura**, e recebam treinamento específico para o tipo de andaime em operação;

6.30. O trabalhador deve utilizar cinto de segurança tipo paraquedista, ligado ao trava-quedas de segurança este, ligado a cabo-guia fixado em estrutura independente da estrutura de fixação e sustentação do andaime suspenso;

6.31. A sustentação dos andaimes suspensos deve ser feita por meio de vigas, afastadores ou outras estruturas metálicas de resistência equivalente a, no mínimo, três vezes o maior esforço solicitante;

6.32. É proibida a fixação de sistemas de sustentação dos andaimes por meio de sacos com areia, pedras ou qualquer outro meio similar;

6.33. Os dispositivos de suspensão devem ser diariamente verificados pelos usuários e pelo responsável técnico de segurança, antes de iniciados os trabalhos;

6.33.1 A área abaixo de utilização do andaime deverá estar isolada e sinalizada;

6.34. Na utilização de andaime suspenso motorizado deverá ser observada a instalação dos seguintes dispositivos: Cabos de alimentação de dupla isolação, Plugs/tomadas blindadas, Aterramento elétrico, Dispositivo Diferencial Residual (DR), Fim de curso superior e batente.

6.35. O conjunto motor deve ser equipado com dispositivo mecânico de emergência, que acionará automaticamente em caso de pane elétrica de forma a manter a plataforma de trabalho parada em altura e, quando acionado, permitir a descida segura até o ponto de apoio inferior;

6.36. O andaime motorizado deve ser dotado de dispositivo que impeça sua movimentação, quando sua inclinação for superior a 15° (quinze graus), devendo permanecer nivelado no ponto de trabalho;

6.37. O equipamento deve ser desligado e protegido quando fora de serviço;

6.38. As características do andaime suspenso motorizado deverão seguir as especificações mínimas abaixo:

a) Tamanho da Plataforma: 03 a 6 metros;

b) Peso da Plataforma: 280 kilos;

c) Peso Material + Trabalhador: 400 kilos;

d) Carga combinada (homem + carga): 680 kilos;

e) 02 duas laterais com sistema de redução;

f) 02 motores elétricos trifásicos 1,5CV/380V/60Hz;

g) 02 sistemas de freio de emergência (block stop);

h) Limite de inclinação 15°;

i) Limites fim de curso superior;

j) Piso de alumínio antiderrapante

k) Cabo de aço galvanizado de $d \geq 5/16"$, AA, 6x19

l) Deve-se utilizar corda de poliamida com $d=12\text{mm}$ (ou com resistência equivalente), fixadas na parte superior da edificação e aprovada pelo técnico em segurança do trabalho e em conformidade com as normas vigentes, independente dos cabos do equipamento, para fixar a trava quedas do trabalhador

Do remanejamento e instalação de novos aparelhos

- 6.39. A Contratada será a responsável por eventuais remanejamentos de aparelhos, necessários, por mudança de layout das salas ou para elevar a capacidade de refrigeração demandada no local;
- 6.40. O remanejamento envolverá a mudança de local das evaporadoras internamente, bem como externamente, das condensadoras das fachadas (se for o caso) e respectivas instalações elétricas e drenos;
- 6.41. As mudanças das condensadoras na fachada leste, quando for o caso, deverão ser feitas externamente com a utilização de balancim apropriado, não sendo permitido acessar o equipamento internamente com a retirada de vidros, conforme já citado neste ETP;
- 6.42. O custo dos materiais, equipamentos/ferramentas, gás, aluguel do andaime motorizado, etc., necessários aos serviços de remanejamentos serão os previstos na planilha da Contratada, incluindo os custos dos serviços de (mão-de-obra).
- 6.43. O remanejamento de equipamento de ar condicionado, assim como, o prazo de execução, será acordado junto a Fiscalização, e será executado mediante Autorização de Fornecimento de Materiais devidamente autorizada;
- 6.44. A Contratada será a responsável por eventuais instalações de novos aparelhos adquiridos pelo Órgão, necessários, por mudança de layout das salas ou para elevar a capacidade de refrigeração demandada no local, seguindo as mesmas regras para os serviços de remanejamento.

Da análise da qualidade do ar interior (ABNT NBR 17037/2023)

- 6.45. A **ABNT NBR 17037** determina que a análise da qualidade do ar de ambientes atendidos por instalações de ar condicionado, de uso público e coletivo, com potência superior a 5 TR (60.000 BTUS/h) devem ser avaliados semestralmente, para a preservação da saúde dos ocupantes de tais ambientes;
- 6.46. A contratada deverá realizar a primeira análise da qualidade do ar, até o terceiro mês após início do contato, procedendo imediatamente as correções das condições encontradas;
- 6.47. O laboratório a ser contratado para realizar a análise da qualidade do ar interior deve possuir um responsável técnico com nível superior, habilitado em química e outro em biologia, de acordo com a regulamentação profissional e com comprovação de Responsabilidade Técnica (RT) emitida pelo órgão de classe;
- 6.48. Os locais de coleta serão determinados pelo CONTRATANTE, ou conforme recomendação mínima da ABNT, tomando por base a área construída climatizada dentro de uma mesma edificação e razão social.
- 6.48.1 Indicadores Chave da Qualidade do Ar Interior a serem seguidos:
- a) Nível de Dióxido de Carbono (CO):** Segundo a NBR 17037, deve estar até 700 ppm acima do valor obtido no ar externo.
 - b) Índices de Material Particulado (PM_{2.5} e PM₁₀):** Valores máximos pela NBR 17037 de 25 e 50 ug/m³, respectivamente.
 - c) Umidade Relativa do Ar:** Segundo a NBR 17037, a faixa recomendável é de 35% a 65%, sem diferença sazonal.
 - d) Temperatura:** A NBR 17037 determina de 21 a 26°C, sem variação sazonal.
 - e) Velocidade do ar:** 0,20 m/s, de acordo com a NBR 17037.
 - f) Bioaerossóis:** A NBR 17037 determina valor máximo para contagem de fungos no ar de 750 ufc/m³ e relação I/E não superior a 1,5.
 - g) Da análise e amostragem de material particulado do interior dos dutos e limpeza e higienização de dutos de ar condicionado e ventilação (NBR 14679:2012 e 15848/2010 da ABNT e Portaria 3.523 do Ministério da Saúde)**
- 6.49. A NBR 15848/2010 da ABNT menciona que a limpeza dos dutos de ar de insuflação, retorno e ar externo deve ser realizada de acordo com o regime de operação específico do sistema ou no mínimo anualmente, e, que a limpeza deve ser executada sempre que ocorrer um ou mais de um dos casos abaixo:
- 6.49.1 Se existir a presença de mofo dentro dos dutos. No caso de dúvidas sobre o conteúdo de manchas suspeitas de serem mofo, elas devem ser enviadas para análise de seu conteúdo;
 - 6.49.2 No caso de dutos de material fibroso estarem mofados ou úmidos, devendo ser trocados devido à dificuldade de limpeza eficaz nesse tipo de material;
 - 6.49.3 Quando existir evidência de contaminação por vermina (vestígios de roedores ou insetos como barata e cupim, que são destrutivos ou danosos à saúde);

6.49.4. Se for demonstrada efetiva disseminação de material particulado proveniente do duto para o ambiente interior de forma visível sem auxílio de aparelhos;

6.49.5 Dutos de insuflação, quando estiverem com evidências de concentração maior ou igual 7,5 g/m² de material particulado;

6.50. Análise gravimétrica consiste no recolhimento de resíduos (poeira) de um trecho do duto, caso se constate acima de 7,5g/m², é necessário fazer a limpeza. Após a limpeza, esse índice deve ser abaixo de 1,0g/m²;

6.51. A metodologia empregada para limpeza de dutos em sistemas de climatização deverá atender aos procedimentos previstos em legislação especializada no assunto, como a Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde, ABNT NBR 17037 e NBR 14679/2001 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

6.52. O serviço de limpeza de dutos consistirá na escovação interna dos dutos através de escovas giratórias de longo alcance que removem as sujidades presentes e na aspiração simultânea, realizada por equipamentos de sucção de alta eficiência. Todo o processo deverá ser monitorado através de sistema robotizado e informatizado de última geração;

6.53. A contratada deverá realizar a primeira **análise e amostragem de material particulado do interior dos dutos**, até o terceiro mês após início do contato, procedendo imediatamente as correções das condições encontradas;

Jornada de Trabalho

6.54. A escala de trabalho para a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 08h00 e as 19h00, respeitada a legislação trabalhista e a jornada semanal de 44 horas, conforme as Convenção Coletiva de Trabalho – citadas neste instrumento;

6.55. A compatibilização do horário de funcionamento do MME e da jornada de trabalho levará em conta o interesse da Administração.

6.56. Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

6.57. Excepcionalmente, por necessidade dos serviços, devidamente justificada, as condições estabelecidas no item acima poderão ser flexibilizadas, levando em consideração o interesse deste Ministério e a legislação em vigor, porém não será permitida jornada de trabalho entre o período de 22h a 5h (horário noturno) e aos domingos.

Deverá ainda ser observado pelo contratado:

6.58. A contratada deverá apresentar o plano de férias dos empregados alocados após o período de 12 meses de efetivo exercício do contrato à fiscalização do Contrato, para ciência, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos do início do gozo do benefício pelos seus empregados.

6.59. As férias não poderão ser parceladas uma vez que o parcelamento traz uma descontinuidade da execução das atribuições, pois o empregado que venha substituir o posto pelo período de férias não está familiarizado com as rotinas das unidades administrativas.

6.60. A contratada deverá apresentar o controle de frequência mensal dos empregados;

6.61. A contratada deverá substituir os empregados, no prazo de 2(duas) horas em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante. Devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato, sob pena de aplicação do IMR anexo I do termo de referência.

6.62. Substituir, às suas expensas, os empregados que, por exclusivo critério e julgamento do contratante, não tiverem desempenho satisfatório no desenvolvimento das atividades a eles atribuídas.

6.63. Conforme instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, para o controle da jornada, deverá ser observado o disposto no Capítulo V, Seção IV da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

Salário

6.64. Para a categoria de **Encarregado-Geral e Ajudante Geral de Manutenção**, em relação à elaboração da planilha de composição de custos e formação de preço, a Administração utilizou como referência a Convenção Coletiva de Trabalho de 2025, registrada no MTE em 30/01/2025, firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporário e Serviços Terceirizáveis do DF e o Sindicato dos Empr de Empr de Asseio, Conservacao, Trab Temporario, Prest Servicos e Serv Terceirizáveis do DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00.

6.64.1 No entanto, para a categoria de **Técnico(a) em Segurança de Trabalho**, a Administração utilizou como referência Carta em anexo ao processo do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Distrito Federal - Sintest/DF e para a categoria de **Técnico (a) em Refrigeração e ar condicionado** utilizou -se como referência a Convenção Coletiva de Trabalho de 2025 registrada no

MTE em 02/05/2025, firmada entre o Sindicato SEAC-DF e SINTEC-DF. As categorias acima levou em consideração o que diz a a RESOLUCAO Nº 085, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019 anexada ao processo que Aprova a Tabela de Títulos de profissionais dos TECNICOS INDUSTRIALS no SINCETI.

6.64.1 Somente serão aceitas propostas em que na planilha de custos e formação de preços, **conste os valores dos salários e do benefício de auxílio Alimentação iguais ou superiores** aos abaixo informado:

a) Benefício-Auxílio alimentação Para a categoria de **Ajudante Geral de Manutenção**

-R\$ 44,30/dia

b) Benefício-Auxílio alimentação Para a categoria de **Encarregado-geral**

- R\$44,30/dia

c) Benefício-Auxílio alimentação Para a categoria de **Técnico(a) em Segurança de Trabalho e Técnico(a) em Refrigeração e ar condicionado**

- R\$ 44,86/dia

d) Salários por categoria:

Técnico(a) em Segurança de Trabalho (CBO 3516-05) R\$ 3.796,48

Técnico(a) em Refrigeração e ar condicionado (CBO 3141-15) R\$ 3.481,39

Ajudante Geral de Manutenção (CBO 3141-15) : R\$ 1.743,69

Encarregado-Geral (CBO 4101-05) R\$ 4.220,33

6.65. Tais valores acima estabelecidos estão em conformidade com os ditames do Acórdão 1207/2024. – Plenário –TCU.

"9.2.2. não obstante, em tais licitações, é lícito ao edital prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação..."

6.66. Além disso, está em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, que, em seu Art. 5º, determina:

"Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação".

6.67 Ademais, atende aos requisitos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024, que estabelece:

"§ 1º Dentre os custos estimados na planilha de custos e formação de preços, o órgão ou entidade indicará os custos unitários mínimos relevantes, que deverão ser observados nas propostas de preços.

§ 2º Consideram-se custos unitários mínimos relevantes:

I - valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais;

II - valores de auxílio-alimentação; e

III - benefícios previstos no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo paradigma que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral."

Justificativa para não previsão do adicional de periculosidade

6.68. Justifica-se a não previsão de adicional de periculosidade, uma vez que as atividades previstas na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização **não se enquadram nas condições definidas pelo art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, nem nas situações descritas na **Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16)**, aprovada pela **Portaria MTE nº 3.214/1978**, que tratam de atividades e operações perigosas.

6.68.1 Conforme dispõe o **art. 193 da CLT**, são consideradas perigosas apenas as atividades que, por sua natureza ou métodos de trabalho, exponham o trabalhador a **risco acentuado em virtude de contato permanente com inflamáveis, explosivos, energia elétrica, radiações ionizantes, roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial**.

6.68.2 No caso em tela, os serviços contratados serão realizados em **ambientes controlados**, observando-se integralmente as **normas de segurança e procedimentos operacionais** aplicáveis, não havendo exposição contínua ou habitual a agentes perigosos.

6.68.3 Ainda que possa haver **execução eventual de tarefas em altura**, esta se enquadra na **NR-35 (Trabalho em Altura)**, que prevê medidas preventivas e de proteção individual e coletiva, **não configurando periculosidade**, conforme entendimento consolidado pela **Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT)** e pela jurisprudência do **Tribunal Superior do Trabalho (TST)**.

6.68.4 Além disso, a **Portaria MTE nº 1.078, de 16 de julho de 2014**, que regulamenta a caracterização das atividades perigosas em instalações elétricas, restringe o adicional de periculosidade a profissionais que exerçam **atividades com exposição direta a sistemas elétricos energizados**, o que não se aplica aos serviços de climatização aqui descritos.

6.68.4.1 Dessa forma, **não há respaldo técnico nem legal para a inclusão do adicional de periculosidade**, uma vez que a execução contratual observará integralmente as normas de segurança do trabalho, mitigando qualquer risco potencial.

DO UNIFORME:

6.68. Esta contratação contempla o fornecimento de uniformes , que deverão ser utilizados os uniformes em condições adequadas e de acordo com as especificações estabelecidas na tabela abaixo:

Item	Tipo de uniforme	Unid	Cota Anual	Quant. Pessoas	Quant Anual
1	Calça Jeans Tradicional, cor azul.	Peça	4	14	56
2	Camisa Gola Polo Piquet, com a logomarca da Contratada e o Cargo Estampado	Peça	4	14	56
3	Botina de Segurança com Cadeado	Peça	2	14	28

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A tabela abaixo descreve as quantidades a serem contratadas em consonância com o DFD (SEI nº 1070407)

Item	Categoria Profissional	Quantidade de Postos	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO
1	Técnico(a) em Segurança de Trabalho	1	3516-05
2	Encarregado (a) Geral de Manutenção	1	9101-05
3	Técnico(a) em Refrigeração	6	3141-15
4	Ajudante Geral de Manutenção	6	3141-15
Total		14	

7.1.1 O quantitativo estimado corresponde aos postos atualmente existentes na contratação vigente do órgão, conforme estabelecido no **Contrato nº 31/2020, sem acréscimos nas quantidades**. A manutenção do quantitativo se justifica pela estabilidade da demanda e pela adequação dos postos já contratados às necessidades operacionais do Ministério.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.436.483,93

8.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 4.436.483,93** (Quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos), conforme tabela a seguir:

Tipo de serviço		Valor proposto por empregado (R\$)	Qtde de empregados por posto	Valor proposto por posto (R\$)	Qtde de postos	Valor total do serviço (R\$)
(A)		(B)	(C)	(D) = (B x C)	(E)	(F) = (D x E)
I	Encarregado (a) Geral de Manutenção	R\$ 10.807,51	1	R\$ 10.807,51	1	R\$ 10.807,51
II	Técnico(a) em Segurança de Trabalho	R\$ 9.121,43	1	R\$ 9.121,43	1	R\$ 9.121,43
III	Técnico(a) em Refrigeração e ar condicionado	R\$ 9.209,70	6	R\$ 9.209,70	6	R\$ 55.258,17
IV	Ajudante Geral de Manutenção	R\$ 5.390,80	6	R\$ 5.390,80	6	R\$ 32.344,83
VALOR MENSAL MÃO DE OBRA						R\$ 107.531,92
VALOR MENSAL MATERIAIS + SERVIÇOS ESPECIALIZADOS						R\$ 15.703,73
TOTAL GERAL MENSAL						R\$ 123.235,66
VALOR ANUAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 1.478.827,92
VALOR TOTAL DE 36 MESES						R\$ 4.436.483,93

8.2. As estimativas seguiu os parâmetros de pesquisa de preços definidos pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, com os devidos cálculos de médias aritméticas e documentação comprobatória dos valores referenciais encontrados.

8.3 Fundamenta-se ainda na supracitada instrução normativa, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, bem como em estudos sobre a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o tema que ressalta a utilização da média para serviços similares.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O objeto da contratação é indivisível, conforme orientação do TCU descrita abaixo:

"Nas contratações com fornecimento de mão-de-obra exclusivo, deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática." Fonte: <http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.036.htm>.

9.2 Sendo assim, observa-se a impossibilidade de divisão na Contratação em tela, não sendo possível atender a Súmula TCU nº 247.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

10.1 A pretendida contratação encontra-se prevista no Plano Contratação Anual para o exercício de 2025, conforme ID nº **320004/000036 /2025** do detalhado documento Plano de Contratação anual 2025.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há, para o objeto em tela, contratações correlatas e/ou interdependentes

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Espera-se que a contratação assegure a continuidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, em conformidade com as normas da ANVISA, com a ABNT NBR 17037/2023 e com o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) previsto na Portaria nº 3.523/1998 e na Resolução RE nº 09/2003. Essas normas visam garantir a qualidade do ar interior (QAI) e o funcionamento adequado dos sistemas de climatização em ambientes de uso coletivo.

12.2 Além disso, pretende-se alcançar os seguintes benefícios gerais:

- a) manter a qualidade do ar interior conforme os padrões legais;
- b) prevenir falhas e prolongar a vida útil dos equipamentos;
- c) reduzir riscos à saúde dos ocupantes e custos operacionais;
- d) garantir eficiência, segurança e conformidade técnica dos sistemas;
- e) aprimorar a gestão, controle e fiscalização contratual.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Essa Pasta Ministerial tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- 13.1.1 Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- 13.1.2 Adequação do Ambiente para alocar os prestadores;
- 13.1.3 Acompanhamento rigoroso dos serviços prestados e execução contratual; e

13.2 Faz-se necessária a contínua capacitação do gestor/fiscal do contrato, atualizando seus conhecimentos às disposições constantes da IN MPDG 05/2017 e seus instrumentos de gestão, a exemplo do Mapa de Riscos e do Instrumento de Medição de Resultado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

14.2 A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19/01/2010 e alterações posteriores.

14.3 Durante a execução do contrato a empresa contratada deverá adotar boas práticas para o uso racional e sustentável dos recursos naturais. Deverá orientar e adotar práticas para redução de consumo de energia elétrica, mantendo os equipamentos elétricos em bons estados de conservação, evitar luzes acesas em ambientes vazios, evitar deixar aparelhos de ar condicionados ligados após a execução dos serviços, bem como adotar e divulgar para seus empregados a política de redução de gastos de energia do MME.

14.4. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz, as ações do PLS e do Plano de Resíduos Sólidos, capacitando e informado a execução.

14.5 Realizar no período compreendido entre o início efetivo do contrato e a 30 (trinta) dias da sua assinatura, treinamento específico para seus empregados, quanto às noções de sustentabilidade ambiental e eficiência

14.6 Durante a execução do contrato, deverão ser adotadas práticas de tratamento e destinação adequada de resíduos sólidos, em conformidade com o **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** e alinhadas ao **Plano de Logística Sustentável (PLS) do MME – 2024-2028**, disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-participativo-e-gestao-de-riscos/o-que-e/plano-diretor-de-logistica-sustentavel/pls-2024-2028.pdf/view>

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 662, DE 11 DE novembro DE 2025

ALVANIR DA SILVA CARVALHO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 05/12/2025 às 16:41:43.

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 662, DE 11 DE novembro DE 2025

ANTONIELA BRAGGIO STAMM

Integrante Técnico

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 662, DE 11 DE novembro DE 2025

ONILDE APARECIDA BATISTA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 10:05:39.

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 662, DE 11 DE novembro DE 2025

LETICIA CIRQUEIRA DE OLIVEIRA

Integrante Administrativo

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 662, DE 11 DE novembro DE 2025



16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Esta equipe de planejamento declara que a presente contratação é viável a partir da justificativa apresentada e que os requisitos especificações são adequados à continuidade da contratação, bem como às necessidades de fiscalização do contrato.